

DIÁLOGOS COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): CONCEPÇÕES INICIAIS

Giovana Carla Cardoso Amorim
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Natal – Rio Grande do Norte/Brasil
giovana_melo@hotmail.com¹
Alfabetização e formação profissional

O presente estudo trata sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e as suas contribuições para a prática pedagógica do pedagogo. Nas bases metodológicas entrevistamos 5 (cinco) professores da rede pública de ensino de Mossoró/RN. Os professores relatam os avanços no seu crescimento profissional a partir da implementação do programa. Essa pesquisa resgata ações governamentais que visam o desenvolvimento da educação brasileira através de “vozes” da teoria e da prática.

Palavras-chave: PNAIC. Alfabetização. Prática.

The present paper examines the National Pact for the Correct Age Literacy (PNAIC in Portuguese) and its contributions for the pedagogical practice of the pedagogue. In the methodological bases, we interviewed 5 (five) public school teachers of Mossoró/RN. The teachers report the improvements in their professional growth due to the program implementation. This research rescues governmental actions that aims to develop the Brazilian education through the “voices” of theory and practice.

Keywords: PNAIC. Literacy. Practice.

Contextualizando a discussão:

Ao longo dos anos a alfabetização escolar tem provocado inúmeras discussões e controvérsias teóricas e metodológicas na sociedade brasileira, onde os questionamentos acerca do fato das crianças apresentarem dificuldades em leitura e escrita, como também nas operações matemáticas se fazem presentes.

A partir dessa preocupação, nos propusemos a investigar e refletir quais as contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para a prática pedagógica; ou seja, o PNAIC tem mudado a prática pedagógica dos professores alfabetizadores?

Nas bases metodológicas nos alicerçamos em um estudo exploratório com 5 (cinco) professores da rede pública de ensino de Mossoró/RN visando proporcionar um maior conhecimento acerca do assunto.

O (PNAIC) - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é uma ação do Ministério da Educação que conta com a participação articulada do Governo Federal e dos Governos Estaduais e

^{1 1} Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Membro permanente do POSEDUC (Programa de Pós-Graduação em educação), atuante no grupo de pesquisa de formação e profissionalização do professor.

Municipais, dispostos a mobilizarem esforços e recursos, valorizando e apoiando professores e escolas.

Esse programa surge como uma continuação dos muitas propostas de formação, pois nos últimos dez anos do século XX, houve um grande investimento do governo brasileiro no tocante à formação de professores no país. Existia um grande número de professores que atuavam nas séries iniciais do Ensino Fundamental que não tinham formação em nível superior. A partir disso relembramos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, que estabelece a formação como eixo basilar para os profissionais da educação.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Regulamento).

O PNAIC surge como uma formação continuada para professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, como também nas salas multisseriadas, diferente de outros programas que se voltavam para todas as séries dos anos iniciais, como o Pró-letramento. O foco do programa é o desenvolvimento do processo de aprendizagem para crianças até oito anos de idade, uma vez que a sociedade contemporânea passa por transformações que afetam diretamente o universo escolar. Diante dessa situação, o PNAIC, se apresenta como uma alternativa para melhorar a qualidade do processo educativo de aprendizagem das crianças do Brasil e formar os professores alfabetizadores que estão envolvidos com o curso.

A questão da formação e profissionalização tem gerado inúmeros debates no cenário educacional brasileiro, desencadeando políticas, assim como mobilização dos diversos agentes, na tentativa de construir uma educação pública laica e gratuita para todos, definindo-se padrões nacionais de qualidade para todas as escolas brasileiras. Essas ações levam em consideração a legislação vigente e as necessidades dos sistemas de ensino e, ainda a garantia de um padrão de qualidade na formação dos que atuam na Educação Básica, especificamente nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. As alterações devem-se, segundo Pozo (2002), “a crise do paradigma tradicional de educação, focado na aprendizagem por memorização”. Essa crise do paradigma tradicional coincide com a:

Conjunção de diversas mudanças sociais, tecnológicas e culturais a partir das quais esta imagem tradicional da aprendizagem sofre uma deterioração progressiva, devido ao desajuste crescente entre o que a sociedade pretende

que seus cidadãos aprendam e os processos que põem em marcha para consegui-lo (POZO, 2002, p. 30).

As novas expectativas da sociedade em relação à educação estão associadas em parte, às modificações que as tecnologias promoveram na base do registro e armazenamento dos conhecimentos humanos. Analisando tais transformações, vemos que surgem inúmeros programas de formação que buscam um aprimoramento profissional do professor, considerando este novo panorama. O governo brasileiro, através do Ministério da Educação, anunciou entre suas prioridades a alfabetização de crianças até os oito anos de idade, sendo recentemente esta abordagem tratada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que estabelece um compromisso formal entre os entes federados para garantir que tal objetivo seja cumprido até o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental.

As recentes estatísticas disponíveis mostram um quadro decepcionante para os primeiros anos de educação escolar no Brasil. Segundo o censo demográfico 2010, 15% dos brasileiros aos oito anos de idade são analfabetos. O movimento Todos pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/IBOPE e a Fundação Cesgranrio, realizaram a prova ABC, sendo uma avaliação amostral feita em 2013 e também encontrou resultados desanimadores.

Ao pesquisar e conhecer o nível de aprendizagem de crianças egressas do 3º ano do Ensino Fundamental, os resultados da prova ABC apontaram que pouco mais da metade delas aprenderam o que era esperado em leitura e uma proporção ainda menor (43%) aprendeu o esperado em Matemática. Percebe-se também, enormes disparidades nos resultados entre as regiões do país e entre as redes de ensino pública e privada.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostra, há alguns anos, evidências empíricas indiretas de que existem falhas no processo de alfabetização de crianças, o que irá refletir nos resultados de aprendizagem dos alunos do 5º ano Ensino Fundamental. Em 2001, os resultados do SAEB mostraram que 22% dos estudantes da 4ª série (atual 5º ano) conseguiram desempenho muito crítico em Português. Essas crianças eram consideradas praticamente analfabetas, incapazes de responder aos itens mais simples do teste (INEP, 2006).

Considerando o ponto 200 na escala SAEB, como a pontuação mínima a ser alcançada em Língua Portuguesa pelos alunos do 5º ano do ensino fundamental, podemos considerar que há uma tendência positiva nos últimos anos. A média nacional foi de 169,4 pontos em 2003, 172,3 em 2005, 184,3 em 2009 e 190,6 em 2011.

Observa-se uma evolução bem vinda, cuja trajetória, espera-se que seja mantida. Mas, continua a ser inaceitável que a sociedade brasileira conviva com uma realidade em que muito mais que um terço dos seus estudantes apresenta rendimento insatisfatório nos anos iniciais de sua vida escolar.

Diante deste triste dilema, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa do Governo Federal, nasce o propósito de beneficiar oito milhões de alunos matriculados nos três primeiros anos do ensino fundamental e visando formar 360 mil professores alfabetizadores até 2015.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 867, de 4 de Julho de 2012 (BRASIL, 2012). O governo criou a Medida Provisória nº 586, de 8 de Novembro de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.

O compromisso central do PNAIC está voltado para a alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática, para a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental, e, para o apoio gerencial dos Estados aos municípios que tenham aderido ao pacto.

O desenvolvimento do programa tem como estudo um curso presencial de dois anos, com carga horária de 120 horas/ano, para professores alfabetizadores. O público alvo são os 360 mil professores alfabetizadores que atuam nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

O curso foi organizado nos moldes do programa do Pró-letramento, que relaciona estudos e atividades práticas; o pró-letramento adotou o modelo semipresencial. Silva e Cafiero (2010) afirmam que o programa que durou cinco anos foi bastante feliz, ao pensar e adotar um perfil mais instrumental, com sistematizações práticas para a efetivação do trabalho em sala de aula.

Um pouco diferente do pró-letramento, o PNAIC tem como um dos eixos o olhar para a gestão, o controle e a mobilização social em torno da meta de alfabetização das crianças.

A avaliação tem um papel fundamental no pacto, tal eixo engloba os seguintes componentes: avaliações processuais a serem discutidas durante a realização do curso; a Provinha Brasil, a ser utilizada como avaliação diagnóstica e a avaliação externa, coordenada pelo INEP, a que serão submetidos os alunos ao final do 3º ano, a fim de diagnosticar o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

O ponto mais discutido do pacto nacional diz respeito à definição da idade de oito anos, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental, para avaliar o processo de alfabetização, pois muitos especialistas defendem que a meta deveria ser a alfabetização aos sete anos de idade. Para esses, o MEC teria sido paciente demais ao estabelecer a meta central e escolhido o caminho mais viável para executá-lo com êxito, tendo sido motivo de algumas críticas ao compará-la com o desempenho das crianças alfabetizadas em escolas privadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução nº 4, de 13/07/2010) (BRASIL, 2010), elaboradas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), determinam que os três primeiros anos do Ensino Fundamental sejam organizados como um ciclo básico de alfabetização, por isso o enfoque implementado pelo MEC para promover a avaliação desse processo ao final do terceiro ano do fundamental e ao organizar o pacto. É importante destacar que a abordagem desenvolvida no programa focaliza os processos de alfabetização e letramento como objeto de reflexão e, especialmente, como mecanismos de ações e intervenções pedagógicas ao discutir profundamente o currículo, o planejamento, a apropriação do sistema de escrita alfabética, o trabalho com gêneros textuais, a heterogeneidade em sala de aula e as reflexões sobre a prática do professor no ciclo de alfabetização. Essas são as principais áreas de estudo que norteiam o programa e auxiliam os professores em desenvolver uma prática consciente e reflexiva sobre os objetivos a serem alcançados com o programa de alfabetização na idade certa.

O PNAIC oferece o curso onde busca despertar nos professores alfabetizadores uma reflexão e, conseqüentemente, um aprimoramento de sua prática pedagógica.

Nas práticas pedagógicas sustentadas pelos atuais Parâmetros Curriculares a produção de instrumentos de avaliação tem levado em consideração várias dimensões ou eixos do conhecimento:

- a) conceituais: capacidades para operar com símbolos, imagens, ideias ou representações, em função das áreas do conhecimento contempladas na proposta curricular;
- b) procedimentais: desempenhos que indicam um nível de "saber fazer", ou seja, a apropriação de instrumentos ou equipamentos relacionados à aquisição da escrita e da leitura;
- c) atitudinais: comportamentos que expressam apreciações e incorporação de valores, normas, hábitos ou atitudes relacionadas à organização do trabalho escolar e à socialização, expressa nas interações com professores, com os pares e com grupos em geral (BRASIL, 1997).

O PNAIC retoma uma discussão que necessita ser resolvida no Brasil, a da formação de professores e da alfabetização que queremos para as crianças, pois a referida formação traz alternativas para o professor implementar uma prática diferenciada; onde o curso demonstra a necessidade de que o professor de leitura e escrita conheça o objeto da aprendizagem, que é a

língua escrita, com todos os seus elementos que compõem a sua estrutura, para que haja êxito na realização da sua mediação no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Ao iniciar um trabalho com seus alunos, o professor primeiramente irá diagnosticar as dificuldades e limitações em que passa seus alunos. Partindo deste diagnóstico, o trabalho a ser desenvolvido especificamente com leitura e escrita requer um olhar diferenciado do professor e uma reflexão sobre os níveis de escrita e de leitura em que estão seus alunos.

Várias são as metodologias e estratégias aplicadas pelo professor para realizar uma intervenção pedagógica eficiente e respeitosa com as possibilidades dos alunos

Assim, o presente trabalho trata de uma abordagem sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do governo federal, através do Ministério da Educação (MEC) em parceria com estados e municípios, que consiste em um compromisso formal de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. A referida pesquisa traz à tona as discussões educacionais, a grande problemática de estudos do PNAIC que é a apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização, onde busca refletir sobre o processo de alfabetização desenvolvido por professores alfabetizadores, como também aprofundar e consolidar o trabalho docente, buscando um olhar crítico, reflexivo para a prática pedagógica.

A visão dos professores sobre o PNAIC:

As recentes investigações nacionais e internacionais sobre a formação de professores apontam a necessidade de tornar a prática pedagógica uma fonte de estudo e construção de conhecimento sobre os problemas educacionais. Ao mesmo, evidenciamos o modelo racionalista instrumentalista que procura permanentemente “respostas” às dificuldades e angústias vividas pelos professores no cotidiano escolar. Esse o paradigma mais presente em nossas escolas.

A sociedade contemporânea, denominada por alguns como sociedade da informação e por outros como sociedade do conhecimento, se apresenta tendo como uma de suas características a acelerada transformação pela qual passa o mundo, provocada pelos avanços tecnológicos, que incidem na constituição de uma nova cultura do trabalho, afetando diretamente o universo escolar. Diante dessa situação, o professor vê-se impelido a rever sua atuação, suas responsabilidades e seus processos de formação e ação. Nessa perspectiva, quais são as novas exigências da sociedade contemporânea para o professor da escola brasileira e

como pensar a sua formação? Pensar a formação de professores é sempre pensar a formação do humano, então se vislumbra a construção de mudanças em qualquer que seja o seu espaço de ação. Mudança entendida como aprimoramento da condição humana, como liberdade de expressão e comunicação, e como desenho de possibilidades de um mundo melhor, de uma melhor convivência entre as pessoas.

Os professores, em suas ações educativas, vivem a apropriação do conhecimento sistematizado, os significados, a cultura, a construção dos próprios saberes escolares e a dinâmica da própria organização do contexto escolar se corporifica como inatingíveis.

Na presente pesquisa, apresentamos algumas questões e reflexões sobre o curso de formação para professores alfabetizadores (PNAIC), que está acontecendo em todo o Brasil, e coletadas em seu ano de implantação (2012) onde se apontam os problemas comuns e as estratégias de formação dos professores em serviço.

O trabalho docente mostra-se em um espaço privilegiado para a compreensão das transformações atuais do mundo do trabalho, por se constituir em uma profissão de interações humanas que objetiva mudar ou melhorar a situação das pessoas, qual seja, um trabalho interativo e reflexivo com as pessoas, sobre as pessoas e para as pessoas.

Partindo da afirmação de que o professor alfabetizador é um docente profissional e que em suas vivências constrói saberes plurais vindos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais, questiona-se sobre o lugar do professor alfabetizador na formação e que sentido possui essa formação em que o PNAIC se apresenta.

Os programas atuais de formação se configuram com características de um modelo em cascata, no qual um grupo de profissionais é qualificado e torna multiplicador. Sendo assim, protagonistas, classificados de “tutores/orientadores de aprendizagem, mas que são, na verdade, os formadores intermediários” (LUCIO, 2010) que tem seus lócus de trabalho nas instâncias estaduais e municipais de educação, passam a fazer parte do cenário da formação continuada.

Percebe-se que nos últimos anos surgiram vários programas de formação que problematizaram os anos iniciais e o processo de ensino e aprendizagem. Recentemente surgiu o PNAIC, uma formação para professores alfabetizadores, onde foram realizados vários diálogos com profissionais que participaram, inicialmente, deste curso de formação. Entre as questões dimensionadas, a primeira foi: Quais as suas expectativas em relação ao PNAIC?

Consideramos essas discussões muito importantes para dimensionar diálogos nos contextos de atuação e formação profissional. A princípio, todos os 5 (cinco) professores

entrevistados afirmaram que acreditavam ser mais uma formação, revestida com muita teoria, então, explanaram poucas expectativas em relação ao novo para enriquecer suas práticas educativas:

Pensei que seria mais um curso cheio de textos e teorias. Percebo que preciso de orientação em relação a prática. Todo professor precisa de ajuda para saber se está no caminho certo, se não for assim, não saberemos se os alunos estão aprendendo de verdade (P1 – grifo nosso)

Na argumentação de (P1) percebemos uma preocupação em relação a “cursos teóricos” o professor relata a necessidade de uma permanente avaliação da prática, assim como, uma instrumentalização para favorecer a mesma. Registramos que entre os cinco entrevistados, três, não queriam participar; mas por uma imposição do sistema e do ano em que lecionavam, tinham que fazer o curso, pois era uma exigência do Ministério da Educação. Argumentaram não possuírem tempo disponível para estudos posteriores, visto que já estavam envolvidos com cursos de especialização que ocupavam tempo e seria muito complicado conciliar mais uma formação diante de tantos trabalhos e estudo, tanto de sua rotina de sala de aula, como as formações que se apresentavam.

Ao serem questionados sobre a satisfação/ insatisfação em relação a formação, os professores consideraram que:

O material disponibilizado é de boa qualidade e proporciona muitas reflexões sobre a apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização, planejando a alfabetização e dialogando com diferentes áreas do conhecimento. Ele possibilita reflexões sobre a prática do professor, planejamento do ensino na perspectiva da diversidade, currículo no ciclo de alfabetização e o trabalho com gêneros textuais na sala de aula. Esses temas foram de grande enriquecimento para a minha formação docente, pois aprofundei os conhecimentos já construídos ao longo dos anos, como também, refleti sobre o fazer educativo com mais clareza, objetividade e consciência no processo de aprendizagem para as crianças, valorizando o mundo e as vivências dos alunos, trabalhando assim, na perspectiva do letramento e entendendo que a criança é um ser em construção, contribuindo, dessa forma, para uma significativa melhoria na aprendizagem e alfabetização das crianças. (P2 – grifo nosso)

Eu gostei do curso, porque pela primeira vez falaram em teorias nos ensinando como deve ser feito na prática. Não sabia que fazer avaliação inicial era tão importante. (P3 – grifo nosso)

A partir da fala de (P2) e (P3) percebemos que os professores estão preocupados em se instrumentalizarem em relação a prática educativa quando falam em planejamento e avaliação como pontos essenciais para atuação pedagógica. Para Vasconcellos (2000),

planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal. Percebe-se assim que o planejamento só tem sentido se o educador coloca-se numa perspectiva de mudança. Muitos professores ainda acabam seguindo capítulos de livros porque, talvez, outro problema enfrentado por eles seja a falta de apoio da equipe pedagógica no que diz respeito a metodologia adequada, pois, muitos têm se apoiado em técnicas por eles desconhecidas. Segundo Dante (2006) o objetivo da avaliação é diagnosticar como está se dando o processo ensino-aprendizagem e coletar informações para corrigir possíveis distorções observadas nele.

A contribuição mais importante, segundo os professores entrevistados, refere-se as mudanças implementadas para os alfabetizadores em sala de aula, segundo eles:

Proporcionou um olhar para os direitos de aprendizagem das crianças, ter consciência da minha ação pedagógica e a segurança de que através dos recursos metodológicos e dos materiais disponibilizados pelo curso poderia das outros tipos de aulas. (P3)

É um grande diferencial de outras formações, pois o grande acervo de livros paradidáticos, jogos educativos para os professores desenvolverem atividades sequenciadas e alfabetizadoras deu mais segurança para a atuação na sala de aula. (P4)

Os entrevistados foram unânimes em afirmar tal contribuição para melhorar a prática educativa, oferecendo recursos, possibilitando novas estratégias de leitura e alternativas diferenciadas para alfabetizar significativamente. Destacamos nessa última pergunta a questão da segurança relatada pelos professores. Acreditamos que o processo de ação-reflexão-ação subjacente a proposta do PNAIC proporcionou maiores possibilidades de visualização da prática do professor; prática essa que ainda necessita ser melhor investigada e analisada em outros contextos.

Considerações...

A pesquisa realizada buscou analisar e compreender o que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, instituído pelo Ministério da Educação, com o objetivo de proporcionar formação continuada para professores alfabetizadores que atuam nas três primeiras séries do ensino fundamental, para melhorar o processo de ensino e aprendizagem das crianças e que ao terminarem o primeiro ciclo estejam totalmente alfabetizados até os oito anos de idade.

O trabalho faz uma análise histórica sobre a referida formação, relacionado com outras tantas que já foram realizadas, enfocando o diferencial do curso, que é exclusivamente o

processo de alfabetização, da apropriação e consolidação do processo de leitura e escrita, enfocando as concepções de alfabetização problematizadas no curso de formação, como também normativas, que regulam o pacto e seus eixos estruturantes, que são materiais didáticos, literatura, tecnologias educacionais, avaliação e controle e mobilização social, onde a pesquisa reflete positivamente, as estratégias e práticas metodológicas que estão contribuindo decisivamente às práticas educativas dos professores.

O mesmo trabalho abre espaço para os alfabetizadores que atuam com as metodologias implementadas pelo PNAIC, onde os docentes enfatizam o diferencial da formação, que disponibiliza recursos didáticos para melhorar e ampliar as práticas pedagógicas, pois a mesma formação desperta aos educadores a responsabilidade social e reflexiva que precisa adquirir o professor pesquisador, onde no capítulo, “o professor e a sociedade”, discute e problematiza a consciência que o docente precisa ter sobre sua prática, sempre construindo uma identidade de construção e reflexão da prática pedagógica para realizar uma ação consciente dentro de sua profissão.

Temos a consciência que outras discussões e reflexões poderiam acontecer através do objeto de estudo, mas consideramos que esse “primeiro olhar” tomou a dimensão idealizada durante essa pesquisa: de ler, conceituar historicamente, ampliar visões (mesmo que de maneira breve) entrevistar sujeitos e refletir sobre o programa, as práticas e o papel do educador nesse contexto.

Esperamos ter colaborado com a pesquisa na área dos programas formativos em alfabetização e a partir dessas analogias poder ampliar outros repertórios ainda não explorados...

Referências:

BRASIL. **Portaria MEC nº 867**, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/060717508.htm>. Acesso em: 07 nov. 2013.

DANTE, Luiz Roberto. **Vivência & Construção**. São Paulo: Ática, 2006

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012. 40 p.

_____. MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1ª a 4ª séries. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FERREIRO, Emília. A escrita antes das letras. *In*: Sinclair Hermine (Org.). **A produção de notações da criança**. São Paulo: Cortez, 1990.

INEP. **Relatório Nacional SAEB 2003**. Disponível em: portal.inep.gov.br/publicacoes-saeb. Acesso em: 05 nov. 2013.

LUCIO, Elizabeth Orofino. **Tecendo os fios da Rede**: o programa Pró-letramento e a tutoria na formação continuada de professores da educação básica. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado Educação) – FE/UFRJ.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Trad. Ernani da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, Ceris Salete Ribas da; CAFIERO, Delaine. (2010). **Alfabetização e letramento de crianças de seis anos**: as políticas para a implantação do ensino fundamental de nove anos. *In*: **InterMeio**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v.16, n.32, p.27-48, jul./dez. 2010. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.